

Núcleo de Arte Contemporânea

da Universidade Federal da Paraíba
(1978–1985).

Fabília Cabral de Lira Jordão

Como aluna do PPG-ECA/USP, pesquisa a atuação do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985). Em 2010, foi premiada na primeira edição do prêmio “Estudos e Pesquisas sobre arte e economia da arte no Brasil” do Programa Brasil Arte Contemporânea da Fundação Bienal de São Paulo. Possui artigos publicados em revistas e anais de eventos da área de Artes Visuais.

Resumo. Este artigo busca compreender o surgimento do NAC/UFPB em 1978 e a sistemática diminuição de suas atividades a partir de 1985. Para tanto propõe-se duas hipóteses básicas: a primeira afirma que sua criação está relacionada tanto a Política Nacional de Cultural como com as orientações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura para as universidades brasileiras, sendo inclusive subsidiado financeiramente por um órgão federal, a Funarte. Já com relação à diminuição de suas atividades e ações a partir de 1985, propõe-se como possíveis causas as transformações sofridas, durante o governo de Figueiredo, na política cultural que originou o NAC e a desvinculação da UFPB dos responsáveis por sua concepção e viabilização.

Palavras-chave. NAC, Política Nacional de Cultura, Universidade Federal da Paraíba.

Contemporary Art Center of Federal University of Paraíba (1978-1985).

Abstract. This article aims to analyze the emergence and decline of the NAC/UFPB. From a bibliographical and documentary research, the author reflects on the moment of its creation and the historical and political context from which it emerges. Two basic hypothesis are made: first that NAC appears to meet the objectives and strategies of cultural politics of the Geisel government. Second: NAC have compromised their actions from the time that the politics that led begins to decline.

Keywords. NAC, National Politics of Culture, Federal University of Paraíba.



1. Introdução.

O NAC foi fundado pela UFPB através de convênio estabelecido com a Funarte em 1978. Podemos inserir sua criação num processo maior de transformações que vinham ocorrendo em diversos setores no Brasil, durante o governo do general Geisel, em decorrência do processo de abertura política do país após 14 anos de ditadura civil-militar e num contexto em que a cultura representava um campo estratégico no processo de distensão política no final da década de 1970.

Assim sendo, para compreendermos a criação do NAC/UFPB é necessário voltar a sua fundação e ao contexto histórico e político do qual emerge. Desse modo, é de fundamental importância refletir sobre as questões que motivaram sua criação pela Universidade Federal da Paraíba no final da década de 1970 e sobre as possíveis causas da sistemática diminuição de suas atividades a partir de 1985. Para tanto propõe-se duas hipóteses básicas, ambas voltadas a compreender seu surgimento: a primeira afirma que sua criação está relacionada tanto a Política Nacional de Cultural como com as orientações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura para as universidades brasileiras, sendo inclusive subsidiado financeiramente por um órgão federal, a Funarte. Já com relação à diminuição de suas atividades e ações a partir de 1985, propõe-se como possíveis causas as transformações sofridas pela política cultural que originou o NAC durante o governo de Figueiredo e a desvinculação da UFPB dos responsáveis por sua concepção e viabilização.

2. Antecedentes: Política Nacional de Cultura, Universidade Federal da Paraíba e Funarte.

Segundo fontes oficiais o NAC foi criado para suprir “a defasagem existente entre o avanço científico e tecnológico da UFPB e sua área cultural”. Nesse sentido, o então reitor Lynaldo Cavalcanti Albuquerque (apud LUCENA, 1980) “dotou o espaço universitário de um órgão que pretende na sua ação, completar o elenco das atividades do ensino, da pesquisa e da extensão”, essa afirmação foi confirmada por Albuquerque (2010) em entrevista à pesquisadora.

No entanto, não podemos compreender as ações da UFPB como uma demanda exclusiva do reitor Albuquerque, nem de maneira dissociada das ações fomentadas pelo Ministério da Educação e Cultura e, consequentemente, das estratégias e objetivos políticos da ditadura civil-militar, dado que as universidades



estavam subordinadas às diretrizes do MEC, que por sua vez estavam subordinadas às políticas governamentais para a Educação e Cultura.

Desse modo, se por um lado a criação do NAC faz parte de um processo maior de transformações pelo qual passava a UFPB ao longo da década de 1970, com a modernização das estruturas físicas e atualização dos conteúdos acadêmicos¹, por outro essas transformações estavam em consonância com as diretrizes propostas pela Política Nacional de Cultura (PNC), sobretudo nos setores da extensão cultural, tendo em vista que a cultura ocupava um lugar de destaque nas estratégias de cooptação e controle de opositores políticos (estudantes, professores e intelectuais) nas universidades brasileiras nesse momento.

Conforme Flora Süssekind (2004, p. 28), em *Literatura e Vida Literária*, a PNC surge em 1975 como a terceira e última estratégia de política cultural durante a ditadura civil-militar, sendo antecedida por uma violenta política de supressão – instaurada no final de 1968, com o Ato Institucional nº 5 – em que eram recorrentes demissões, perseguições e prisões por motivos ideológicos. Agora, diferentemente,

Não se trata simplesmente de reprimir seus opositores ou de tirar-lhes a maior parte do público [...] e as palavras de ordem passam a ser cooptação e controle sobre o processo cultural. Crise econômica desde 1973, derrota eleitoral em 1974, os escândalos das mortes de Vladimir Herzog em 1975 e de Manoel Fiel Filho em 1976 no DOI-COD em São Paulo, perda de apoio de parte significativa do empresariado e da opinião pública em geral: no Governo Geisel [...] tornam-se mais importantes, portanto, as alianças capazes de mobilizar a opinião pública. E estratégia mais ousada, assiste-se, no Governo Geisel, à tentativa de programar, estabelecer por meio de uma Política Nacional de Cultura os rumos da produção intelectual do país (SÜSEKIND, 2004, p. 37-38).

Portanto, na PNC as universidades como um dos principais agentes de formação e produção intelectual do país tinham um papel fundamental. Se na década de 1960 “um erro de cálculo na estratégia cultural do governo militar”, que ao subestimar o movimento estudantil, reunido em torno de professores e da União Nacional dos Estudantes, possibilitou que este possuísse uma “organização mais sólida e maior força de pressão política”, com “clara disposição de luta”, inclusive armada, (SÜSEKIND, 2004, p. 26-28) e que se converteu no final de 1968 em “uma massa politicamente perigosa” (SCHWARZ apud SÜSEKIND, 2004, p. 28).

Agora, passados quase dez anos, e num momento de distensão era de fundamental importância a conversão da antiga política de repressão nas universidades brasileiras – materializada na demissão e aposentadoria compulsória



de professores; perseguição e prisão de estudantes; proibição e censura de livros – numa política de cooptação e controle, através de uma nova estratégia, no interior da PNC, para as universidades, seus estudantes e professores. Essa nova estratégia contemplava a contratação de professores demitidos por conta de divergências políticas, concessão de bolsas de estudos e pesquisas, incentivo a publicações, criação de núcleos de extensão, financiamento de projetos e pesquisas voltados para a cultural, criação de cursos de formação universitária a para a profissionalização de produtores culturais e equipes técnicas, dentre outros.

Considerando o exposto, percebemos que não foi apenas a defasagem do campo das artes em relação ao avanço científico e tecnológico que levou o reitor Lynaldo Cavalcanti Albuquerque a criar o NAC na UFPB. Essa ação estava em completa consonância com as orientações e atribuições do MEC e da PNC para as universidades brasileiras. Nessa direção, quando perguntado se as orientações do MEC e as diretrizes da PNC influenciaram na decisão de criar núcleos de extensão voltados para a área cultural na UFPB, Albuquerque (2010) afirma positivamente:

Quanto às ações, sim; quanto ao modelo institucional, não. O MEC estava empenhado em desenvolver melhor seu papel no braço cultural [...], privilegiou as universidades como elos de pesquisa e ensino na área cultural. Isso, evidentemente, que influenciou o Reitorado a adotar uma política mais aguerrida na área cultural, valorizando a pesquisa, a promoção dos produtores e dos produtos, bem como evidenciando a cultura popular com a cara nordestina que ela, aqui, naturalmente tinha.

O NAC/UFPB foi viabilizado na UFPB através de parceria com a Funarte via *Projeto Universidade* (PU), que segundo Botelho (2000, p. 139-140), “trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornarem pólos irradiadores de cultura para a comunidade, através da promoção de atividades artísticas não eventuais”. Conforme Lynaldo Cavalcanti Albuquerque (2010):

Na ausência do Ministério da Cultura, era a instituição que planejava e executava as ações culturais do Governo Federal [...] As universidades eram identificadas pela Funarte como parceiras naturais dessas ações nos Estados. A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, como as das fundações culturais, completavam o quadro de parceiros da Funarte. A UFPB, com sede e vontade de fazer, encontrou nos dirigentes da Funarte uma boa receptividade para seus projetos, principalmente contou o com o apoio do Dr. Roberto Parreira, Presidente do Órgão, e do professor Bráulio Nascimento, paraibano dirigindo o Instituto Nacional de Folclore [...]

Com relação à parceria, nesse primeiro momento, entre o NAC/UFPB e a Funarte, cabia ao primeiro elaborar e executar projetos que enfocassem



a promoção, divulgação, formação e produção em artes visuais não apenas na cidade de João Pessoa, mas também, nos demais câmpus da UFPB. O Núcleo também funcionaria como uma espécie de mediador entre a Funarte e os artistas da Paraíba, além de divulgar suas ações e projetos internos na capital e no interior do Estado.

Já para a Funarte o financiamento desse tipo de projeto possibilitava o recebimento de “informação do que ocorria no país e as ‘intenções’ das instituições”, bem como a “consciência das diferenças entre as possibilidades das regiões Sul e Sudeste e as demais regiões do país” (BOTELHO, 2000, p. 75-77). Assim sendo, a Funarte, através do financiamento desses projetos pode tomar conhecimento, influenciar e controlar – na medida em que ela era o órgão financiador – o que estava acontecendo no país em relação à cultura; ampliando seu raio de influência (e suas políticas culturais) para as diversas regiões do país.

Foram convidados para elaborar o projeto do NAC, o crítico de arte Paulo Sérgio Duarte e o artista Antonio Dias. Conforme Albuquerque (2010):

A sugestão de convidarmos Paulo Sérgio Duarte [...] foi dos professores Raul Córdula e Francisco (Chico) Pereira. Paulo Sérgio [...] reunia as condições para a elaboração do Projeto do Núcleo (NAC) e detinha condições importantes para assegurar os contatos necessários ao funcionamento exitoso do NAC. De início Paulo Sérgio recomendou - e foi acatado - convidarmos o artista plástico Antônio Dias, então residente na Alemanha e em férias no Brasil, para formar a equipe de implantação. Esse time: Raul, Chico, Paulo Sérgio e Antônio Dias, deram vida e cara ao NAC. As presenças de Antônio Dias e Paulo Sérgio, coordenados e apoiados pela PRAC, garantiram que o Núcleo se estruturasse para desempenhar importante papel na continuação das coordenações de Raul Córdula e Chico Pereira.

A estratégia de cooptação de artistas e/ou intelectuais de esquerda foi bastante utilizada e incentivada, pela ditadura civil-militar no período de transição, momento em que deixa de “tão somente reprimir e passa a fornecer programas para a intelectualidade, incentivos à produção, agências voltadas para a cultura” (HOLANDA; GONÇALVES apud SUSSEKIND, 2004, p. 39). Temos um exemplo claro dessa política na gestão da Funarte, que tinha no seu quadro de funcionários opositores (artistas e intelectuais de esquerda) “e até ex-perseguidos pelo regime militar” (SUSSEKIND, 2004, p. 39).

O reitor Albuquerque ao convidar para elaborar o projeto de criação e implementar o NAC na UFPB um intelectual que “havia sido preso duas vezes” e vinha de um exílio ‘voluntário’ de “oito anos e onze meses fora do Brasil”



(DUARTE, 2009, p. 196) e um artista cuja produção poética tinha um forte acento político, se utiliza de uma estratégia da política cultural do governo Geisel para não só maximizar as possibilidades de sucesso do referido empreendimento como dinamizar sua gestão nos setores de extensão cultural como já vinha fazendo, desde meados da década de 1970, com diversas áreas de conhecimento, onde através da contratação de intelectuais de esquerda vinha melhorando o ensino e pesquisa oferecidos pela UFPB, como podemos constatar em depoimento de Albuquerque a Muniz

[...] e eu tinha recrutado muitas pessoas de fora, até pessoas que eu trouxe de volta do exterior, já estávamos em 79. De 76 a 80 a abertura foi andando e inclusive em 79 foi a Lei da Anistia e eu trouxe muita gente que tava na Europa estudando, porque tinham saído do Brasil, uns por razões políticas outros não. Então, eu fui trazendo para lá [UFPB], além de trazer muitos estrangeiros: indianos, argentinos [...] (ALBUQUERQUE, 2008, p. 144)

Já a aceitação, por parte de Paulo Sérgio Duarte, em conceber e implementar um núcleo de extensão voltado para as artes visuais na UFPB, um órgão federal, pode ser em parte explicado através de uma dinâmica presente no próprio contexto histórico brasileiro. Em 1978, um ano antes da aprovação da lei da anistia por Figueiredo, assim como Duarte, vários intelectuais de esquerda já haviam voltado ao país por conta do afrouxamento da repressão, estando a maioria desempregados. Nesse momento estar desempregado, além de problemas de ordem prática e de sobrevivência, significava não possuir condições de produção (SÜSSEKIND, 2004).

Assim sendo, o jovem crítico de arte Paulo Sérgio Duarte, recém chegado da Europa, após quase 10 anos de exílio voluntário, e desempregado, pode ter aceitado o convite, para elaborar o projeto NAC, tanto por questões de ordem prática como pela possibilidade de desenvolver em João Pessoa um projeto institucional inovador e pioneiro, que materializasse suas ideias e consequentemente o projetasse nacionalmente, o que efetivamente aconteceu, como pode-se constatar observando a trajetória profissional do crítico nesse período.

Paulo Sérgio Duarte após deixar o NAC/UFPB no final de 1979 volta para o Rio de Janeiro, lá chegando apresenta à Funarte a proposta para a criação de um espaço voltado para a difusão, produção e reflexão da arte contemporânea e experimental brasileira. A proposta é aceita e no final de 1979, Duarte formula o projeto para criação do *Espaço Arte Brasileira Contemporânea*, no Rio de Janeiro (DUARTE, 2009). Conforme Duarte (2010, p. 130-131), as experiências acumuladas no NAC/UFPB foram “muito importante para a formulação do ABC [...] esse



período do NAC, que vai de 78 até 79, me ensinou muito, como deveria fazer certas coisas e como não deveria fazer outras”.

Após essa experiência, Duarte (2009) assume o posto de diretor do Instituto Nacional de Artes Plásticas na Funarte, onde permanece até 1983. Nesse sentido, é provável que o desempenho exitoso de Paulo Sérgio Duarte na concepção, criação e estabelecimento do NAC, além das relações (e redes) estabelecidas durante esse processo com os técnicos da Funarte, combinados à sua competência e conhecimento da área, tenham de alguma maneira contribuído para tanto para a implementação do projeto *Espaço ABC* como para a designação de Duarte (2009, p. 189) como diretor do referido INAP como podemos perceber no depoimento que segue:

[...] o Roberto Parreira recebeu o meu projeto e deu todo estímulo e força possível junto com, na época da gestão do Eduardo Portella, que eu fui à Funarte chegando de um ano na Paraíba, onde eu [...] participava de um projeto de implementação junto com o artista Antonio Dias do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba. Por razões estritamente pessoais eu fui forçado a acelerar minha volta pra para o Rio de Janeiro [...] apesar de só estar a um ano na UFPB e o Roberto Parreira foi inteiramente receptivo [...] A minha entrada no INAP ocorreu exatamente nesse segundo semestre de 1979, com esse projeto que eu formulei [...]

Com relação à presença de Antonio Dias (2010, p. 29-31) na concepção e criação do NAC na UFPB, o próprio artista afirma:

O convite era para fazer uma exposição dos meus trabalhos em João Pessoa [projeto ‘O artista da Casa’], uma colaboração da Funarte com a UFPB. Mas não havia espaço para isso, era como partir do zero [...] Precisavam de uma estrutura assim. Tinha uma faculdade de artes lá, onde se formariam artistas, mas onde é que iriam parar? A Universidade não tinha nem galeria de arte [...] a ideia era realmente criar um centro de artes, onde artistas mais jovens pudessem apresentar projetos. Essa era a vontade da Reitoria [...] Paulo Sérgio³ e eu começamos a trabalhar para criar o Núcleo de Arte Contemporânea na UFPB. Dois artistas e um sociólogo que trabalhavam na Universidade foram chamados a colaborar.

Durante sua atuação no Núcleo, o artista concebeu e produziu a exposição de livros de artistas *Livre como Arte*, realizou o projeto “A Casa do Artista” e em seguida deixou a “direção do NAC” (DIAS, 2010, p. 30). O projeto consistia na publicação do livro de artista *Política: ele não acha mais graça no público das próprias graças* e na realização de uma exposição com trabalhos realizados ao longo da década de 1970. Desse modo, sua atuação junto ao NAC/UFPB, possibilitou a publicação de um livro quanto a realização da primeira grande mostra do artista na Paraíba, seu estado natal.



3. NAC/UFPB.

Definidos os autores do projeto, o NAC foi fundado em 1978 e em 1979, passa a ocupar um casarão no centro histórico de João Pessoa. Em sua sede possuía residências para artistas convidados (quando ainda não se falava em residências para artistas no país); ateliês de litografia, práticas artísticas e a partir de um laboratório completo desenvolveu “todo um programa de apoio à fotografia, desde o estágio de produção em laboratório até a apresentação final ao público” (PONTUAL, 2004, p. 95). Núcleo passou a atuar simultaneamente na promoção de novas mídias nas artes (correio, xérox, livro de artista, vídeoarte, instalações, intervenções, exibição de fotografia como arte, etc.), na inserção da arte contemporânea na Paraíba e na mediação junto ao grande público.

Desse modo, o NAC proporcionou um ambiente favorável à investigação de novos materiais e linguagens, experiências práticas e convivência em ateliê para jovens artistas, chegando a ser considerado por Pontual, um dos mais importantes críticos de arte do período, como “um dos raros organismos de fato operativos fora do eixo Rio-São Paulo” (PONTUAL, 1979). A importância e protagonismo do Núcleo no período, não só em João Pessoa como nos estados vizinhos, também é reconhecida por Paulo Sérgio Duarte (2010, p. 130-131):

O NAC foi importante como marco do que viria depois ocorrer 10, 15 anos mais tarde, com mais força em Recife do que até mesmo em João Pessoa, que era uma abertura inevitável para novas linguagens na arte contemporânea. Na época havia uma resistência muito forte a essas novas linguagens, devido ao forte apego a questões tradicionais de *medium* – a pintura, a gravura, etc. O NAC cumpriu um papel importante como núcleo pioneiro nesse debate.

Pode-se considerar que a proposta do NAC/UFPB, mesmo em menor escala, dialoga com as que foram desenvolvidas anteriormente pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, através do projeto *Sala Experimental*, e pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, durante a gestão de Walter Zanini, na medida em que o Núcleo – assim como as referidas instituições – buscou promover uma abertura institucional à arte contemporânea e experimentações com novas mídias; entender o espaço do museu como um espaço de reflexão e debate entre artistas, críticos, professores, estudantes e público em geral; e apoiar propostas incompatíveis com o mercado de arte.

Desse modo, o NAC propiciou no Nordeste, um ambiente favorável à investigação de novos materiais e linguagens, experiências práticas e convivência



em ateliê para jovens artistas. Promoveu, entre 1979 e 1985, mais de 60 exposições de artistas como Antonio Dias, Tunga, Cildo Meireles, Anna Maria Maiolino, Paulo Klein, Paulo Bruscky, 3NÓS3, Jota Medeiros, Marcelo Nitsche, Falves Silva, Artur Barrio, Leonhard Franch Duch, Vera Chaves Barcellos, Rubens Gerchman, Miguel Rio Branco, dentre muitos outros.

4. A diminuição das atividades do NAC.

No início de 1980 Lynaldo Cavalcanti Albuquerque assume a presidência do CNPq em Brasília (MUNIZ, 2008). Iveraldo Lucena – Pró-Reitor para Assuntos Comunitários e grande incentivador do NAC/UFPB – é empossado como diretor do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), órgão de apoio ao MEC, em Brasília (A UNIÃO, 1980). Com a saída de Albuquerque da Reitoria e de Lucena da PRAC, sistematicamente o NAC/UFPB vai perdendo o apoio “dos reitorados que sucederam ao de Dr. Lynaldo Cavalcanti” (CÓRDULA, 2004, p. 20).

Nesse mesmo ano, Paulo Sérgio Duarte se afasta da UFPB e começa a trabalhar na Funarte, onde formula e implementa o projeto *Espaço ABC*, no Rio de Janeiro. Desse modo, de uma só vez o NAC/UFPB perde seus maiores incentivadores, sobretudo com a saída de Duarte, mentor intelectual do Núcleo e, juntamente com Antonio Dias, seu articulador junto a artistas e instituições.

Nesse momento o país estava sob a gestão de João Figueiredo, último militar à frente da presidência. Como reflexo da crise do petróleo (em 1979) e do fim do II Plano Nacional de Desenvolvimento as possibilidades de expansão econômica ficaram restritas. Nesse sentido, o período compreendido entre 1980-1985 é “apontado como sendo o início da crise de planejamento no Brasil” (MUNIZ, 2008, p. 136), com o Estado apresentando “sinais de endividamento, colocando o planejamento econômico em descrédito” (MUNIZ, 2008, p. 142). A crise econômica produziu efeitos negativos também no orçamento das universidades. Em 1981 são abundantes os Ofícios e Portarias com restrições orçamentárias e/ou limitações de recursos financeiros dirigidos aos núcleos de extensão subordinados a PRAC⁴ da UFPB.

Já no contexto da política cultural, a partir de 1982, com as primeiras eleições diretas para governos estaduais depois do golpe de 1964, se por um lado ocorreu o fortalecimento da área cultural devido à criação de secretarias de cultura nos Estados desligadas das de Educação, por outro, temos com Aloísio Magalhães na direção da Secretaria da Cultura, a ênfase na vertente patrimonial. Ocorre



então a valorização da cultura popular como a verdadeira arte representativa da identidade nacional (BOTELHO, 2000). Assim sendo, “a questão da produção cultural contemporânea e os inúmeros problemas que vão se associando à cadeia ‘produção, circulação e consumo’ pouca atenção tiveram [...]” nesse período, sendo relegadas a um espaço secundário em sua política (BOTELHO, 2000, p. 107).

Nesse momento, o aumento da demanda por apoio a projetos externos foi acompanhado de uma progressiva diminuição de verbas na Funarte e diminuição de suas ações, provocando o estabelecimento de critérios e prioridades mais rigorosos para a aprovação dos projetos. Com relação às universidades percebeu-se que a autonomia da área de extensão com relação às demais áreas favorecia a execução de ações que muitas vezes já estavam sendo desenvolvidas em outros setores da universidade, e que podiam ser oferecidas, independente dos recursos da Funarte, que passa a “exigir das universidades candidatas a financiamento um Plano Diretor de Cultura, com o objetivo de fazê-las refletir sobre suas propostas, evitando duplicações, iniciativas de pouca consequência” (BOTELHO, 2000, p. 140).

No NAC/UFPB, como reflexo do contexto exposto, a partir desse momento percebe-se uma diminuição e atraso sistemáticos dos recursos enviados pela Funarte e consequentemente de suas atividades, que passa de 20 exposições em 1979 para 8 em 1982, caindo para menos de 5 em 1985⁵.

Essa restrição orçamentária diminui ainda mais a partir de 1985 e 1986 quando no âmbito da política cultural temos a ocorrência de três fatos decisivos para o sistemático declínio das atividades da Funarte: a criação do Ministério da Cultura, que gradualmente assume as funções e o papel da Funarte, da Lei Sarney – que modifica totalmente o perfil da política cultural brasileira, uma vez que agora o proponente poderia captar recursos, através de renúncia fiscal, diretamente com as empresas, e desse modo às solicitações de projetos à Funarte, que também já havia sofrido uma redução drástica em seu orçamento, começam a diminuir – e por fim a instituição do convênio único com os Estados da Federação que garantia o repasse automático de verbas, sem a intermediação da Funarte, para as secretarias estaduais de cultura (BOTELHO, 2000; ADRIANI, 2010).

Outro agravante é que o então recém criado MinC decide que “a partir de então, o financiamento de atividades de extensão universitária deveria ser assumido pelo próprio Ministério da Educação”, consequentemente o trabalho desenvolvido pela Funarte junto às universidades ficou ainda mais comprometido (BOTELHO, 2000, p. 234).



A diminuição e atraso sistemático dos recursos enviados pela Funarte ao NAC, aliado ao descaso da UFPB com a manutenção de sua estrutura, fez com que permanecesse fechado ou com parte de suas dependências interditadas ao longo de 1985. Em 1986 Raul Córdula lança o “Manifesto da precariedade do NAC” no Jornal A União, onde aponta que “[...] a Universidade Federal que instalou o NAC em 1978 não tem recursos para mantê-lo funcionando, as artes visuais não fazem parte das prioridades universitárias. [...] Os recursos para as produções culturais inexistem”⁶.

Após esse momento, embora nunca tenha deixado de funcionar, o Núcleo se modificou em relação ao projeto inicial, limitando suas atividades a eventuais exposições de arte. A ligação com o Departamento de Artes foi se tornando cada vez mais tênue e a própria Universidade não demonstrou interesses em estipular uma dotação orçamentária que permitisse a manutenção do Núcleo como um espaço permanente de pesquisa e produção em arte, além do completo descaso com o um acervo que – apesar de ter sofrido grandes desfalques ao longo dos anos – se mantém como rica fonte para pesquisas em torno do experimentalismo na arte brasileira no final da década de 70. Conforme Córdula, “o NAC, como sua equipe inicial concebeu, nasceu, cresceu e morreu entre 1978 e 1984, quando foi fechado para reforma e, ao reabrir [...] suas ideias renovadoras e contemporâneas do futuro estavam desgastadas pela falta de apoio” (CÓRDULA, 2004, p. 20) e, acrescentaria pela falta de uma liderança que pudesse articular sua retomada.

Podemos afirmar que os dados trabalhados referentes à criação do NAC/UFPB apontam na direção de corroborar as hipóteses formuladas na introdução deste estudo. Não há dúvidas que a criação do NAC ocorre a partir de uma demanda da Política Nacional de Cultura e como tal, a partir do momento em que essa política se modifica, e passa a assumir outros interesses, a manutenção do Núcleo como vinha acontecendo deixa de fazer sentido. Soma-se a essa questão a ausência de lideranças capazes de viabilizar o Núcleo por outras vias, como bem notou Antonio Dias (2010, p. 30), “depois que o Paulo Sérgio Duarte saiu, esse Núcleo de Arte Contemporânea ficou praticamente morto durante sete ou oito anos. Ultimamente, eles voltaram a reabrir [...] mas tudo depende de vontade política, não há dinheiro nem liderança”.

De 1985 a meados de 2007, o NAC/UFPB foi oxigenado com uma nova coordenação que vem paulatinamente retomando sua a proposta inicial. Nesse sentido, mesmo com o pequeno apoio da universidade e do departamento de artes visuais da UFPB, o Núcleo tem conseguido captar recursos via editais públicos e



tem oferecido à comunidade em geral, aos estudantes e artistas locais dinâmicas de fomento à pesquisa, produção e atividades crítico-reflexivas voltadas às artes visuais.

¹ Em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da UFPB, através da Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-leis nº 53, de 18.11.66, e 252, de 28.02.67, e a Lei nº 5.540, de 28.11.68, em que são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais. Essa reformulação acontece paulatinamente ao longo da década de 1970. Em 1977, por exemplo, temos a implantação de novos cursos como o de Licenciatura em Educação Artística e o de Biologia. Ver: FORMIGA, Zeluíza da Silva; LIMEIRA, Maria das Dores. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História. Boletim UFPB-NDIHR, João Pessoa, n. 11, 1986.

² SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-69. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Apud SÜSSEKIND, 2004, p. 28.

³ Segundo Silvino Espínola, vice-coordenador do NAC em 1978 e 1979, Paulo Sérgio Duarte acabara de chegar de uma temporada de estudos em Paris e negociava com o governador da Paraíba, Ivan Bichara, a implantação de um museu de arte, em João Pessoa, que acabou não acontecendo. Cf. ESPÍNOLA, 2010.

⁴ Ver, por exemplo, PORTARIA R/GR Nº 025/81, de 20 Ago. 1981, sobre suspensão de concessão de passagens aéreas e diárias para professores e servidores. Ou ainda o Ofício PRAC/OE Nº 403/81, de 22 Set. 1981, sobre a suspensão de concessão de diárias.

⁵ RELATÓRIO DE ATIVIDADES de 1978 a 1985. Fonte: ACERVO NAC/UFPB.

⁶ Cf. CÓRDULA, Raul. Manifesto de precariedade do NAC. João Pessoa. 25 nov. 1986. 2 f. Mimeografado. Fonte: Acervo NAC/UFPB.

Referências.

A UNIÃO. Iveraldo Lucena é o novo diretor do DAE em Brasília. *Jornal A União*. João Pessoa, 80 jun 1980.

ADRIANI, André Guilles Troysi de Campos. *A atuação da Funarte através do INAP no desenvolvimento cultural da arte brasileira contemporânea nas décadas de 70 e 80 e interações políticas com a ABAPP*. 246 f. (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti. (lynaldocavalcanti@gmail.com). Entrevista



concedida a Fabricia Cabral de Lira Jordão [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fcljordao@yahoo.com.br em 30 jun. 2010.

_____. Brasília, 01 Out. 2007. Entrevista concedida a Nancy A. Campos Muniz. In: MUNIZ, Nancy A. Campos. *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. 370 f. (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 142-144; 163-166.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e política cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

CÓRDULA, Raul. A experiência renovadora do NAC no campo da extensão universitária. In: GOMES, Dyógenes Chaves (Org.). *Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba/NAC*. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. p. 13-20.

DIAS, Antonio. Entrevista concedida a Roberto Conduru. In: CONDURU, Roberto; RIBEIRO, Marília André (Orgs.). *Antonio Dias: depoimentos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2010.

DUARTE, Paulo Sérgio. Entrevista concedida a Ivair Reinaldim, no Rio de Janeiro, em maio de 2010. In: REINALDIM, Ivair (Org.). Dossiê Espaço Arte Brasileira Contemporânea – ABC/Funarte. *Arte & Ensaios*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 113-139, Jul. 2010, p. 130-131.

DUARTE, Paulo Sérgio. Entrevista concedida ao pesquisador André Guilles, no Rio de Janeiro em setembro de 2009. In: ADRIANI, André Guilles Troysi de Campos. *A atuação da Funarte através do INAP no desenvolvimento cultural da arte brasileira contemporânea nas décadas de 70 e 80 e interações políticas com a ABAPP*. 246 f. (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010, p. 185-204.

MUNIZ, Nancy A. Campos. *O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)*. 370 f. (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PONTUAL, Roberto. Um Núcleo fora do núcleo (ou como ativar longe do eixo). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1979. Caderno B, p. 25-26.

_____. Tempo de fotografia. In: GOMES, Dyógenes Chaves. *Núcleo de Arte Contemporânea da Paraíba – NAC*, Rio de Janeiro: Funarte, 2004. p. 93 - 95.



SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*: polêmicas, diários & retratos. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

